

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00
ATIVO

	2024	2023
CIRCULANTE	85.314.935	77.647.749
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	80.984.828	71.673.645
Caixa e Bancos Contas Movimento (nota 4)	2.231.806	1.275.790
Aplicações de Liquidez Imediata (nota 5)	78.753.022	70.397.855
DIREITOS REALIZÁVEIS	4.330.107	5.974.104
Valores a Receber dos Programas de Estágio e Socioaprendizagem (nota 6)	3.493.096	4.181.354
Estoques (nota 7)	98.399	201.659
Adiantamentos aos Colaboradores	214.843	190.244
Despesas Antecipadas	403.652	420.575
Outras Contas a Receber (nota 8)	120.117	980.272
NÃO CIRCULANTE	47.687.578	45.305.152
IMOBILIZADO (nota 9)	47.490.349	45.006.674
INTANGÍVEL (nota 10)	197.229	298.478
TOTAL DO ATIVO	133.002.513	122.952.901

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Antoninho Caron
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 Em R\$ 1,00
P A S S I V O

	2024	2023
CIRCULANTE	5.906.012	5.813.678
Fornecedores	289.537	684.678
Contas a Pagar (nota 11)	198.400	221.020
Obrigações com Bolsa Auxílio (nota 12)	1.631.527	1.104.934
Obrigações Sociais e Trabalhistas (nota 13)	3.291.572	3.077.534
Obrigações Tributárias (nota 14)	27.167	32.954
Provisão para Contingências (nota 15)	88.608	14.647
Outros Débitos (nota 16)	379.201	677.911
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	127.096.501	117.139.223
PATRIMÔNIO SOCIAL	112.185.862	105.165.231
AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	4.908.941	4.953.361
SUPERÁVIT ACUMULADOS	10.001.698	7.020.631
TOTAL DO PASSIVO	133.002.513	122.952.901

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Antoninho Caron
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00**

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 18)	47.135.321	43.965.697
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
ASSISTÊNCIA SOCIAL (nota 20)	(45.015.395)	(45.231.151)
Programa de Socioaprendizagem	(35.371.982)	(36.477.555)
Programa de Capac. e Cidadania, Social Jovens e Família em Ação	(2.501.463)	(2.321.394)
Programa de Estágio	(7.141.950)	(6.432.202)
TRABALHO VOLUNTÁRIO (nota 21)	-	-
Despesas com Trabalho Voluntário	(932.513)	(901.943)
Receita com Trabalho Voluntário	932.513	901.943
RESULTADO ANTES DE OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	2.119.926	(1.265.454)
Despesas Financeiras	(2.152)	(1.011)
Receitas Financeiras (nota 24)	7.842.377	7.499.950
Baixas Ativo Imobilizado	(2.873)	471.508
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	9.957.278	6.704.993

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Antoninho Caron
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO
PERÍODO DE 31/DEZ/22 a 31/DEZ/24
Em R\$ 1,00

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT ACUMULADOS	RESULTADO ABRANGENTE	TOTAL GERAL
SALDOS EM 31/DEZ/22	98.270.613	5.268.999	6.894.618	-	110.434.230
Aumento do Patrimônio Social conforme AGO 30/MAR/23 (nota 17)	6.894.618	-	(6.894.618)	-	-
Realização da Avaliação Patrimonial	-	(315.638)	315.638	-	-
Superávit do Exercício a ser destinado ao Patrimônio Social	-	-	6.704.993	-	6.704.993
SALDOS EM 31/DEZ/23	105.165.231	4.953.361	7.020.631	-	117.139.223
Aumento do Patrimônio Social conforme AGO 28/MAR/24 (nota 17)	7.020.631	-	(7.020.631)	-	-
Realização da Avaliação Patrimonial	-	(44.420)	44.420	-	-
Superávit do Exercício a ser destinado ao Patrimônio Social	-	-	9.957.278	-	9.957.278
SALDOS EM 31/DEZ/24	112.185.862	4.908.941	10.001.698	-	127.096.501

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Antoninho Caron
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em R\$ 1,00

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	9.957.278	6.704.993
Ajustes por:	1.394.609	1.972.042
Depreciação e Amortização	1.641.202	1.532.953
Baixas de Bens do Imobilizado e do Intangível	69.164	314.492
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(389.718)	124.597
Provisão para Contingências	73.961	-
(Acréscimo) Decréscimo em Ativos Operacionais	2.033.715	(570.897)
Valores a Receber dos Programas de Estágio e de Socioaprendizagem	1.077.976	(357.458)
Estoques	103.260	(114.904)
Adiantamentos aos Colaboradores	(24.599)	(33.975)
Despesas Antecipadas	16.923	(23.622)
Outras Contas a Receber	860.155	(40.938)
Acréscimo (Décrécimo) em Passivos Operacionais	18.373	(754.716)
Fornecedores	(395.141)	(269.270)
Contas a Pagar	(22.620)	(12.456)
Obrigações com Bolsa Auxílio	526.593	68.616
Obrigações Sociais e Trabalhistas	214.038	(97.814)
Obrigações Tributárias	(5.787)	(120.999)
Outros Débitos	(298.710)	(322.793)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.403.975	7.351.422
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(4.092.792)	(1.311.972)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.092.792)	(1.311.972)
REDUÇÃO/AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	9.311.183	6.039.450
No início do exercício	71.673.645	65.634.195
No final do exercício	80.984.828	71.673.645

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Antoninho Caron
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, abreviadamente denominado “CIEE/PR”, inscrito no CNPJ nº 76.610.591/0001-80, registrado sob nº 1.005 no Livro “A-1”, do registro de pessoas jurídicas do 2º ofício de registro de títulos e documentos da comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em 22/SET/67, e com última alteração registrada em 04/05/23, é uma associação de âmbito estadual, de direito privado, de fins não econômicos ou não lucrativos, de utilidade pública e de assistência social, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à rua Ivo Leão, nº 42, Alto da Glória, regido por seu estatuto social e legislação pertinente, tendo como características institucionais:

Não distribuir dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob qualquer forma ou pretexto.

Não pagar ou distribuir aos membros do quadro associativo, bem como aos seus diretores, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos ou por deliberação de seus órgãos institucionais.

Abster-se de qualquer atividade discriminatória, em respeito à dignidade do cidadão e sua autonomia.

Destinar, em caso de dissolução ou extinção, seu eventual patrimônio remanescente a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/14 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo do CIEE/PR, bem como seja certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social ou a entidades públicas.

As atividades desenvolvidas pelo CIEE/PR enquadram-se no disposto do art. 203, inciso III da Constituição Federal, art. 2º, inciso III e art. 3º da Lei nº 8.742/93 (LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social), têm como objetivo a promoção da integração ao mundo de trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal ou social. Tais atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e projetos voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

BASE DE PREPARAÇÃO

Expressas em reais (R\$ 1,00), as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC T 10 – dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, item 10.19 e interpretação NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e na legislação societária (Lei nº 6.404/76) e suas alterações, como também de acordo com a aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), aprovado pela Resolução CFC no nº 1.255/09.

Nos termos da Instrução Normativa nº 2003/21 e de acordo com o Decreto nº 9.555/18, a autenticação da Escrituração Contábil Digital - ECD, será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e essa autenticação dispensa qualquer outra forma de autenticação.

Dentre as práticas contábeis inclusas no pronunciamento técnico PME – contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, adotadas pelo CIEE/PR, destacam-se:

- Redução ao valor recuperável de ativos: a administração não identificou qualquer indicativo de que o valor contábil de seus ativos exceda ao valor recuperável.
- Demonstração dos fluxos de caixa: a administração incorporou o fluxo de caixa às suas demonstrações financeiras.
- Ativo intangível: a administração analisou os registros e saldos existentes no imobilizado, procedendo à segregação dos valores que se encontram no conceito de intangível.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

ATIVOS FINANCEIROS

O CIEE/PR classifica seus ativos financeiros em uma das categorias descritas abaixo, dependendo da finalidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem valores dos caixas, dos depósitos bancários em conta movimento e das aplicações de liquidez imediata que estão representadas pelos valores de aplicação, avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Valores a Receber Programas de Estágio e Socioaprendizagem

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem, principalmente, pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para *impairment*, se aplicável.

IMOBILIZADO

Em 2011, a administração, por meio de laudos emitidos por profissionais habilitados, aplicou o valor justo na forma de custo atribuído (*deemed cost*) para os principais grupos do ativo imobilizado: terrenos e edificações.

Os demais itens do imobilizado continuam sendo mensurados pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, calculada pelo método linear, observando as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, assim como instalações diversas, e 20% para veículos, equipamentos de telefonia e equipamentos de informática.

INTANGÍVEL

Software

As licenças de *software* são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passadas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, quando aplicável, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 1000, seção 21, e consideram premissas definidas pela administração da Entidade e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com as práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são obrigatoriamente

constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam obrigatoriamente provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros para manutenção e desenvolvimento do CIEE/PR são obtidos por meios próprios de contribuições institucionais ("taxa de administração"), recebidas de empresas privadas, profissionais liberais e órgãos públicos, decorrentes de atividades de integração entre empresa-escola, por meio do Programa de Socioaprendizagem e do Programa de Estágio, nada recebendo a título de dotação ou subvenção de qualquer órgão público federal, estadual ou municipal.

Ademais, cumpre informar que a Entidade mantém Termos de Fomento e Termos de Colaboração, para a qualificação, capacitação e preparação de adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade e risco social, ao mundo do trabalho, por meio do Programa de Aprendizagem e demais Programas Sociais. Essas parcerias são regulamentadas pela Lei nº 13.019/2014, e resultam no recebimento de recursos financeiros voltados ao pagamento das despesas de custeio, conforme Planos de Trabalho e Planos de Aplicação previamente aprovados.

Por fim, destacamos que os beneficiários dos nossos serviços socioassistenciais não contribuem financeiramente com a Entidade (mensalidade ou doações), bem como não há qualquer forma de contraprestação por parte deles, sendo-lhes ofertadas todas as ações de forma gratuita.

APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos do CIEE/PR foram aplicados integralmente no território nacional, em suas finalidades institucionais, conforme o estatuto social e demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que o CIEE/PR se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis são

baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O CIEE/PR revisa suas estimativas regularmente.

4 CAIXA E BANCOS CONTAS MOVIMENTO

	2024	2023
Caixa	72.622	15.585
Banco Itaú S.A.	9.115	11.388
Banco do Brasil S.A.	1.943.606	743.696
Caixa Econômica Federal	-	-
Banco Bradesco S.A	206.463	502.808
Santander do Brasil S.A.	-	2.313
	2.231.806	1.275.790

5 APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Instituição	Modalidade de Aplicação	2024	2023
Banco Itaú S.A.	Fundos de Investimentos	10.670.292	9.508.692
Banco Itaú S.A.	CDB - DI	12.219.242	11.009.467
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	9.362.705	7.239.105
Banco do Brasil S.A.	CDB - DI	18.177.190	19.487.709
Banco do Brasil S.A.	Poupança	276.384	513.830
Banco Bradesco S.A	CDB	28.047.209	22.639.052
		78.753.022	70.397.855

6 VALORES A RECEBER DOS PROGRAMAS DE ESTÁGIO E SOCIOAPRENDIZAGEM

O montante registrado nesta rubrica refere-se aos valores a receber das organizações convenientes do programa de estágio e programa de socioaprendizagem:

	2024	2023
Contribuições Institucionais a Receber	4.043.636	4.216.570
Repasse a Receber Programa de Socioaprendizagem - CIEE Empregador	208.860	1.113.902
PECLD (Perdas Estimadas com Créditos de Liquid.Duvidosa)	(759.400)	(1.149.118)
	3.493.096	4.181.354

A maior parte dos valores que compõe o saldo de Contribuições Institucionais a Receber é realizada no prazo máximo de 30 dias. Sobre o montante em atraso há mais de 360 dias foi constituído valor a título de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. A administração considera esse critério adequado para cobrir as perdas na realização de valores a receber dos programas de estágio e de socioaprendizagem.

7 ESTOQUES

	2024	2023
Material de Expediente	19.190	16.986
Impressos Gráficos	6.129	8.576
Material de Divulgação	28.016	39.009
Material de Copa, Cozinha e Limpeza	17.185	25.120
Material de Informática	9.935	8.391
Material Elétrico, Manutenção e Aparelhos	1.981	3.120
Material para o Programa de Socioaprendizagem	15.963	100.457
	<u>98.399</u>	<u>201.659</u>

8 OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Adiantamento para Despesas com Programas Sociais	428	438
Adiantamento Aux. Combustível	66.042	-
Outros Direitos a Receber	43.690	967.477
Depósito Referente Ação Trabalhistas	9.957	9.957
Fundo de Conservação de Alugueis	-	2.400
	<u>120.117</u>	<u>980.272</u>

9 IMOBILIZADO

	Total líquido 2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Total líquido 2024
Terrenos	14.108.224	965.259	-	-	-	15.073.483
Bens Imóveis	26.881.606	2.597.322	-	(758.326)	-	28.720.602
Equipamentos de Informática	823.146	401.614	-	(347.340)	-	877.420
Móveis e Utensílios	1.664.279	58.242	(785)	(228.164)	-	1.493.572
Máquinas e Equipamentos	825.244	69.060	(2.088)	(111.371)	-	780.845
Veículos	118.460	-	-	(27.638)	-	90.822
Equipamentos de Telefonia	32.181	1.295	-	(11.625)	-	21.851
Instalações Diversas	487.243	-	-	(55.489)	-	431.754
Benfeitorias/Obras em Andamento	66.291	-	(66.291)	-	-	-
	<u>45.006.674</u>	<u>4.092.792</u>	<u>(69.164)</u>	<u>(1.539.953)</u>	<u>-</u>	<u>47.490.349</u>

10 INTANGÍVEL

	Total líquido 2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Total líquido 2024
Direito de Uso de Software	298.478	-	-	(101.249)	-	197.229
	<u>298.478</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(101.249)</u>	<u>-</u>	<u>197.229</u>

11 CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Seguros a Pagar	18.825	33.882
Fornecimento de Água	10.846	10.428
Fornecimento de Energia Elétrica	14.734	11.683
Serviços de Telecomunicação	5.564	8.565
Indenização por Quilômetro Rodado	23.634	23.401
Aluguéis e Condomínios	115.702	118.179
CIEE's Autônomos	5.775	6.603
Serviços de Malotes e Postais	3.120	2.352
Outras Contas a Pagar	200	5.927
	<u>198.400</u>	<u>221.020</u>

12 OBRIGAÇÕES COM BOLSA AUXÍLIO

São registrados nesta rubrica os valores de bolsa-auxílio recebidos das organizações convenientes, os quais serão repassados integralmente aos estagiários contratados pelas mesmas organizações.

	2024	2023
Bolsa Auxílio a Repassar	<u>1.631.527</u>	<u>1.104.934</u>
	<u>1.631.527</u>	<u>1.104.934</u>

13 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2024	2023
Salários a Pagar	104.478	102.777
Rescisão de Contrato a Pagar	-	7.135
FGTS a Pagar	216.027	201.998
IRRF a Recolher	254.354	221.517
INSS a Recolher	147.257	156.655
Reversão Salarial a recolher	6.825	3.003
Provisão de Férias e Encargos Sociais	<u>2.562.631</u>	<u>2.384.449</u>
	<u>3.291.572</u>	<u>3.077.534</u>

14 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
IRRF a Recolher (retido de terceiros)	2.811	2.227
INSS a Recolher (retido de terceiros)	9.514	16.524
PIS/COFINS e CSSL a Recolher (retido de terceiros)	9.552	12.546
ISS a Recolher (retido de terceiros)	5.290	1.657
	27.167	32.954

15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisões para contingências

	2024	2023
Contingências Trabalhistas	54.501	14.647
Contingências Cíveis	34.107	-
	88.608	14.647

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31/DEZ/24, os passivos contingentes classificados pelos assessores jurídicos do CIEE/PR como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhistas:

	2024	2023
Contingências Trabalhistas	189.262	329.615
	189.262	329.615

c) Processo Administrativo e Procedimento Fiscal – RFB

No Processo Administrativo nº 10340-720.015/2024-76 e Procedimento Fiscal nº 0910200.2023.00027, a entidade recebeu, em 17/JAN/24, a intimação sobre a lavratura de dois Autos de Infração, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que discute interpretação sobre o gozo da isenção da contribuição previdenciária patronal dos aprendizes contratados pela entidade na forma do art. 430, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Um dos Autos de Infração tem o valor de R\$ 12.663.277,82 (doze milhões, seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos) referente à “Contribuição Previdenciária da Empresa e do Empregador”, e outro no valor de R\$ 3.317.196,35 (três milhões, trezentos e dezessete mil, cento e noventa e seis reais e

trinta e cinco centavos) referente à “Contribuição Para Outras Entidades e Fundos”, totalizando, R\$ 15.980.474,17 (quinze milhões, novecentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos).

No prazo legal a entidade apresentou a sua impugnação, vez que não concorda com a interpretação constante dos Autos de Infração e entende exercer regularmente seu direito à isenção da cota patronal, sendo que tal impugnação suspendeu o lançamento do crédito tributário, conforme previsto pelo art. 151, inciso III, do Código Tributário Nacional.

Durante o ano de 2024 não houve fatos novos na tramitação, sendo que a entidade permanece aguardando o julgamento de sua impugnação apresentada em face de ambos os Autos de Infração.

Conforme opinião dos assessores jurídicos externos a probabilidade de perda é considerada remota.

16 OUTROS DÉBITOS

	2024	2023
Adiantamentos Diversos	-	4.278
Termos de Colaboração/Fomento	337.081	673.633
Contribuições SECRASO (Sindicato Patronal)	41.791	-
Convênio SENALBA	329	-
	379.201	677.911

Os valores indicados na rubrica Termos de Colaboração/Fomento referem-se a parcerias firmadas com administração pública, que serão investidos em programas de socioaprendizagem e pré-aprendizagem para capacitação de adolescentes e jovens.

17 PATRIMÔNIO SOCIAL

O CIEE/PR, por meio de aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/MAR/24, atendendo à recomendação do Conselho Fiscal, destinou o superávit acumulado do exercício de 2023, no valor de R\$ 7.020.631, para incorporação ao patrimônio social.

18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é demonstrada pelos seguintes valores:

	2024	2023
Contribuições Institucionais - Programa de Estágio	22.625.604	21.396.038
Contribuições Institucionais - Programa de Socioaprendizagem	23.129.688	19.383.286
Receitas Programa de Socioaprendizagem - CIEE/Empregador	925.402	2.677.757
Recursos Termos de Colaboração/Fomento	709.709	827.361
Receita Operacional Bruta	47.390.403	44.284.442
(-) Repasse de Contribuições Institucionais - Programa de Estágio	(69.936)	(93.925)
(-) Devolução de Contribuições Institucionais - Programa de Estágio	(130.531)	(105.508)
(-) Devolução de Contribuições Institucionais - Programa de Socioaprendizagem	(54.615)	(119.312)
Deduções	(255.082)	(318.745)
Receita Operacional Líquida	47.135.321	43.965.697

Contribuições Institucionais – Programa de Estágio: refere-se a valores de Taxa de Administração recebida de empresas privadas, profissionais liberais e órgãos públicos, cujos valores são aplicados no próprio Programa, bem como, também, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Contribuições Institucionais – Programa de Socioaprendizagem: refere-se à Taxa de Administração recebida das empresas parceiras, cujos valores são aplicados no próprio Programa (a exemplo de despesas relacionadas às capacitações teóricas, acompanhamento pela equipe multidisciplinar, etc.), bem como, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Programa de Socioaprendizagem – CIEE/Empregador: refere-se a valores destinados aos aprendizes que são contratados na forma do art. 431 da CLT, compreendendo a remuneração, encargos sociais e benefícios.

Recursos de Termos de Colaboração/Fomento: refere-se a recursos de aplicação restrita e exclusivamente ao pagamento de despesas de custeio para a inserção no mundo do trabalho de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Essas parcerias importam no recebimento de recursos financeiros e responsabilidades decorrentes voltados ao pagamento das despesas de custeio, conforme dispõe a Lei nº 13.019/14.

Salienta-se que os serviços prestados aos beneficiários de nossos serviços são totalmente gratuitos, não havendo quaisquer cobranças dos usuários.

19 SEGUROS

O CIEE/PR adota a política de contratar cobertura de seguro contra incêndio para suas unidades operacionais e seguro contra riscos diversos (como, exemplificativamente, proteção de dados). As apólices são contratadas prevendo coberturas em montantes considerados suficientes pela administração, com a orientação dos seus consultores de seguros, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade e os riscos envolvidos nas operações.

20 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CIEE/PR é uma entidade sem fins lucrativos, com atuação na área de assistência social. O CIEE/PR presta atendimento gratuito aos seus beneficiários de forma continuada, permanente e planejada. Direciona com absoluta prioridade todos os seus serviços aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, não deixando de atender a todos que nos procuram. Oferece oportunidades para a construção da autonomia pessoal e social de seus usuários pela promoção do protagonismo, garantindo a defesa e a efetivação dos direitos socioassistenciais. Importante reforçar que muitos adolescentes e jovens que estão fora do sistema regular de ensino, retornam ao sistema, uma vez que é condição primordial para o Programa de Socioaprendizagem e para o Programa de Estágio, que os interessados estejam estudando. Ao mesmo tempo, atua no enfrentamento das desigualdades, ajudando-os a participar de forma ativa na sociedade, em sintonia com a Constituição Federal. Para isso, são ofertados os seguintes programas:

Programa de Socioaprendizagem:

Previsto pelo art. nº 428 e seguintes da CLT, regulamentado pela Lei nº 10.097/00 e reconhecido pela Lei nº 12.868/13 como um programa de assistência social, atende, prioritariamente, adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, exceto para PCDs que não possui idade máxima limite, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sem experiência ou qualificação profissional, por meio de ações de proteção social que viabilizam a promoção do protagonismo e da autonomia dos usuários, além da mediação do acesso ao mundo do trabalho com o acompanhamento e intervenções de apoio, visando a adaptação e a permanência de adolescentes e jovens no mundo do trabalho. Este programa se baseia no princípio do trabalho educativo, ou seja, um trabalho em ambiente protegido, com base na formação metódica. Os usuários participam de formação técnico-profissional metódica, que possibilita a convivência e o desenvolvimento de atitudes e habilidades para o mundo do trabalho. As atividades práticas são desenvolvidas nas dependências das unidades concedentes de aprendizagem, o que possibilita, simultaneamente, a integração do conhecimento teórico e prático. A capacitação teórica visa a formação técnica, na respectiva área profissional do curso e a preparação pessoal para o fortalecimento social e psicológico dos adolescentes e jovens, para criar mecanismos de enfrentamento e resolução das situações apresentadas na rotina diária do mundo do trabalho.

O Programa de Socioaprendizagem contribui fortemente para o aumento da escolarização de adolescentes e jovens brasileiros, uma vez que é condição primordial para a participação neste processo ser estudante regularmente matriculado e estar frequentando a rede regular de ensino, até a conclusão do ensino médio. Importante ressaltar a contribuição deste Programa também na redução de riscos do ingresso de adolescentes e jovens em situações de conflito com a lei, evitando, assim, o ingresso no sistema socioeducativo, prevenção ao trabalho irregular, exploração infantil e juvenil e trabalho em situações análogas à escravidão.

Programa de Estágio:

Atende estudantes com idade igual ou superior a 16 anos, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 e suas regulamentações.

Promove a efetivação e consolidação de direitos e ampliação do acesso à proteção social, por meio da integração ao mundo do trabalho, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

O Programa de Estágio contribui fortemente para o aumento da escolarização da população brasileira (em especial dos adolescentes e jovens), uma vez que é condição primordial para a participação neste processo ser estudante regularmente matriculado e estar frequentando a rede regular de ensino.

Programa de Capacitação e Cidadania:

Atende, prioritariamente, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social de acordo com o público alvo da LOAS. O programa busca o fortalecimento, a conscientização e o protagonismo dos usuários. Disponibiliza conhecimentos técnicos, conceituais e atitudinais, sistematicamente organizados por meio de palestras, oficinas e cursos de capacitações, presencial e à distância, antes e durante sua inserção no mundo do trabalho, tais como: Auxiliar Administrativo, Como Ter Sucesso Nos Processos Seletivos, Informática Básica, LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, Marketing Digital e Internet, Matemática Básica, Oratória a Arte de Falar em Público, Qualidade no Atendimento ao Público, Linguagem e Comunicação, Telemarketing.

Programa Social Jovem em Ação:

Tendo em vista que a faixa etária de 14 a 18 anos é a mais vulnerável por questões econômicas e sociais, o Programa Social Jovem Ação atua na prevenção de riscos pessoais e sociais importantes aos quais esse público está submetido.

O Programa visa orientar para a promoção da cidadania, a autonomia e ao protagonismo juvenil, buscando a melhoria na qualidade de vida, proporcionando a capacitação profissional e oportunizando o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes e jovens de comunidades vulneráveis.

Objetivos específicos: contribuir para o desenvolvimento da capacidade de autonomia; potencializar as medidas de apoio social através da profissionalização; prevenir e evitar riscos sociais, perigos e incertezas para os grupos; aumentar a autoestima; combater as situações de exclusão, isolamento e discriminação; proporcionar um processo de entendimento do mundo em geral e do mundo do trabalho; capacitar os participantes, visando sua qualificação, empregabilidade, geração de renda e conquista da cidadania.

Tal programa é direcionado ao público-alvo de adolescentes e jovens entre 14 a 18 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade, de acolhimento institucional ou que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, semiliberdade ou liberdade assistida e os demais usuários da rede pública de proteção.

Programa Social Família em Ação:

Considerando que o atendimento integral à família é a base da assistência social, que alguns fatores de fragilização de vínculos familiares podem ser causa de situações conflituosas e que podem ser decorrentes da pobreza, da privação, da quebra de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento, o Programa Social Família em Ação orienta os participantes sobre a importância da rede familiar na prevenção e no enfrentamento de riscos sociais mais graves a que os adolescentes e jovens estão mais expostos.

Objetivos: O Programa Social Família em Ação atua na proteção social básica e tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, autonomia e protagonismo. Reconhecendo a fragilidade da população que vive em situação de vulnerabilidade pessoal ou social, decorrente da pobreza ou da privação, seja ela a ausência de renda ou a dificuldade de acesso aos serviços públicos primordiais; com fragilização de vínculos afetivos familiares e comunitários, sejam esses relacionais ou de pertencimento social, considerando variáveis como: discriminações étnicas, etárias, de gênero, por deficiências, entre outros. Proporciona mecanismos para o fortalecimento dos vínculos familiares, auxiliando na resolução de dificuldades de convivência que porventura ocorram entre os adolescentes, jovens e seus familiares; resgate da função protetiva das famílias e também a identificação das demandas do atendimento social individualizado, orientando e viabilizando o acesso dos participantes aos benefícios e serviços socioassistenciais disponíveis.

Em articulação com as Instituições Municipais de Assistência Social, que atuam nos serviços da rede de proteção, atende com absoluta prioridade o público referenciado em programas sociais, que se encontram em situação de vulnerabilidade: encaminhados de CRAS, CREAS, conselhos tutelares e de órgãos vinculados à área da justiça; de famílias em situações de trabalho escravo; com adolescentes e jovens em medidas sócio educativas; em situação de abrigo institucional; moradores em situação de rua; famílias com casos de trabalho infantil ou trabalho escravo; submetidas a outras violações de direitos, abandono ou negligência. Podem ser atendidos participantes dos Programas do CIEE/PR.

BENEFICIÁRIOS DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS LOAS E RESOLUÇÕES

Quantidade de Atendidos	2024	2023
Programa de Socioaprendizagem	13.637	11.354
Programa de Estágio	63.657	62.522
Programa de Capacitação e Cidadania	43.813	32.960
Programa Social Jovem em Ação	3.057	3.214
Programa Social Família em Ação	4.305	4.297
	<u>128.469</u>	<u>114.347</u>

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Exercício 2024				
	Programa de Socioaprendizagem	Programa de Capacitação e Cidadania/Social Jovens e Família em ação	Programa de Estágio	TOTAL 31/DEZ/24
Salários e Encargos de Pessoal	21.239.913	1.111.611	4.996.347	27.347.871
Seguro Acid Pessoal e Despesas Médicas - Estagiários	-	-	134.950	134.950
Lanches Programas Sociais	496.849	46.511	-	543.360
Materiais de Consumo	501.212	45.146	137.756	684.114
Água, Energia Elétrica, Correio	370.021	30.844	61.849	462.714
Comunicação (telefone e internet)	270.861	2.350	58.721	331.932
Locações e Condomínios	1.480.448	21.858	230.753	1.733.059
Instrutores e Palestrantes	178.277	298.162	-	476.439
Depreciação e Amortização	1.125.996	54.800	57.582	1.238.378
Tarifas Bancárias	-	-	132.665	132.665
Manutenção e Conservação	1.634.115	65.246	230.721	1.930.082
Outras Despesas com Programas (1)	993.106	112.832	230.835	1.336.773
Gerais e Administrativas (2)	7.081.184	712.103	869.771	8.663.058
Total das Despesas	35.371.982	2.501.463	7.141.950	45.015.395

Exercício 2023				
	Programa de Socioaprendizagem	Programa de Capacitação e Cidadania/Social Jovens e Família em ação	Programa de Estágio	TOTAL 31/DEZ/23
Salários e Encargos de Pessoal	23.280.882	976.926	3.981.639	28.239.447
Seguro Acid Pessoal e Despesas Médicas - Estagiários	-	-	132.847	132.847
Lanches Programas Sociais	1.178.753	56.537	-	1.235.290
Materiais de Consumo	385.188	42.180	121.125	548.493
Água, Energia Elétrica, Correio	345.720	50.352	46.930	443.002
Comunicação (telefone e internet)	283.509	4.861	63.918	352.288
Locações e Condomínios	1.425.820	9.681	244.473	1.679.974
Instrutores e Palestrantes	775.125	463.710	-	1.238.835
Depreciação e Amortização	486.121	7.752	35.180	529.053
Tarifas Bancárias	-	-	193.376	193.376
Manutenção e Conservação	1.411.128	103.375	186.937	1.701.440
Outras Despesas com Programas (1)	555.805	56.774	610.393	1.222.972
Gerais e Administrativas (2)	6.349.504	549.246	815.384	7.714.134
Total das Despesas	36.477.555	2.321.394	6.432.202	45.231.151

(1) Fotocópias, serviços de cartórios, deslocamentos e alimentação, táxi, reembolso de quilometragem, transporte de documentos, serviços de impressões e outros.

(2) O valor das despesas gerais e administrativas está segregado nos serviços sociais, pois os atendimentos prestados pelo CIEE/PR aos seus beneficiários são totalmente gratuitos, ou seja, todo o ativo ou conjunto de ativos é destinado exclusivamente para execução dos serviços sociais.

21 TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento à NBC ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, alterada em 21/AGO/15, "O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro".

Dessa forma, os valores foram mensurados ao seu valor justo, considerando os montantes que o CIEE/PR pagaria caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 2024 foi reconhecido o montante de R\$ 932.513 (R\$ 901.943 em 2023).

22 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

O CIEE/PR obteve as seguintes isenções usufruídas no exercício:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS (Patronal + SAT + Terceiros)	6.056.340	5.955.563
INSS Autônomos	35.963	41.383
COFINS	<u>1.392.768</u>	<u>1.294.150</u>
	<u>7.485.071</u>	<u>7.291.096</u>

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros do CIEE/PR foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Composição de saldos

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31/DEZ/24 estão identificados a seguir:

	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Valor de Mercado</u> (não auditado)
Caixas e Bancos Contas Movimento	2.231.806	2.231.806
Aplicações de Liquidez Imediata	78.753.022	78.753.022
Valores a Receber dos Programas de Estágio e de Socioaprendizagem	3.493.096	3.493.096
Adiantamentos a Fornecedores	30.081	30.081
Adiantamentos a Colaboradores	214.843	214.843
Fornecedores	(289.537)	(289.537)
Contas a Pagar	<u>(198.400)</u>	<u>(198.400)</u>
	<u>84.234.911</u>	<u>84.234.911</u>

24 RECEITAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Descontos Obtidos	2.231	10.866
Juros/Multas Recebidas	-	62
Receitas de Aplicação Financeira	7.840.146	7.489.022
	<u>7.842.377</u>	<u>7.499.950</u>

25 CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CIEE/PR obteve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) por meio da Portaria nº 150, publicada no Diário Oficial da União em 05/DEZ/2016. O referido certificado abarcou a vigência de 26/MAR/2015 a 25/MAR/2018.

Assim, e em atendimento ao prescrito pela Lei nº 12.101/2009, vigente à época, foi protocolado tempestivamente em 22/DEZ/17 o pedido de renovação do CEBAS, sob nº 71000.082058/2017-68, para o período de 26/MAR/2018 a 25/MAR/2021.

Tal pedido foi indeferido pela Secretaria Nacional de Assistência Social por meio da Portaria nº 75, publicada no Diário Oficial da União em 12/ABR/2024.

No entanto, no mesmo dia 12/ABR/2024 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 74 do mesmo órgão, a qual deferiu o pedido de concessão do CEBAS formalizado pela entidade em 23/DEZ/2022 por meio do processo nº 235874.0459201/2022, formalizado e julgado com escopo na Lei Complementar nº 187/2021 (norma que revogou a Lei nº 12.101/2009).

Assim, nesse contexto, considerando o disposto no art. 24, §2º, da Lei nº 12.101/2009 ("a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado"), os efeitos da certificação anterior permaneceram válidas até a decisão de seu indeferimento, ou seja, 12/ABR/2024. E, ainda, considerando o disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 187/2021 ("O prazo de validade da concessão da certificação será de 3 (três) anos, contado da data da publicação da decisão de deferimento no Diário Oficial da União, e seus efeitos retroagirão à data de protocolo do requerimento para fins tributários"), a concessão do novo CEBAS teve efeitos a partir do mesmo dia 12/ABR/2024, com efeitos tributários retroagidos à data do protocolo realizada em 23/DEZ/2022.

Em tal contexto, o CIEE/PR permanece com CEBAS vigente, sem solução de continuidade, até 12/ABR/2027.

26 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O CIEE/PR possui imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais nos termos do art. 150 da Constituição Federal.

27 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O CIEE/PR atua em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), norma essa que instrui a permanente revisão e aprimoramento dos nossos procedimentos administrativos, técnicos e organizacionais. Nesse sentido, a entidade disponibiliza seção específica no portal (www.cieepr.org.br/lgpd) para que os titulares de dados possam contatar diretamente o Data Protection Officer (DPO), conhecer as Políticas de Privacidade e a Política de Cookies, bem como, também, exercer os seus direitos.

28 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração do CIEE/PR e autorizadas para divulgação em 21/MAR/25.

Antoninho Caron
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O